

SOCIEDADE E EDUCAÇÃO

INTRODUÇÃO

Citelli (2004) apresenta um ponto de vista acerca do momento vivido pela escola e, conseqüentemente, pela educação, bastante elucidativo:

A escola está sendo pensada, assim, como espaço meditativo cada vez mais cruzado pelas novas linguagens e pelas transformações científicas, tecnológicas, culturais e de comportamentos que marcam o mundo contemporâneo (CITELLI, 2004, p. 83).

Sendo assim há no campo da educação, diversos profissionais e teóricos atentos aos novos questionamentos e desafios que emergem e, de uma maneira geral, a preocupação central é o indivíduo em formação, isto é, o educando.

Considerando-se tais questionamentos e desafios, identifica-se uma grande influência dos aspectos tecnológicos e da comunicação, tendo em vista as condições que os mesmos constituem aos indivíduos de toda faixa etária, situação social ou outra classificação.

Desta forma, a área da educação (bem como outras) tem aberto brechas de diálogo com outros campos, dentre os quais, como já mencionado, destaca-se o campo da comunicação, justificando-se assim a presença de autores que consideram esta relação.

Assim como outras áreas, também a educação busca analisar a nova condição macro vivida e, por conseguinte, acaba por se reorientar neste contexto. Então, apesar de ser inevitável associar educação à escola, isto é, à educação formal, em seu sentido amplo, o termo educação ultrapassa os muros escolares.

O debate acerca das instâncias da educação, bem como da sua teoria e prática no contexto da atualidade envolve muitas áreas e muitas questões importantes, mas que, mediante o objetivo deste material, não constituem as informações básicas necessárias ao indivíduo que deve ainda ser introduzido a tal assunto.

Portanto, nesta abordagem centralizam-se os esclarecimentos que envolvem o assunto somente na distinção entre educação formal, educação informal e não-formal, utilizando-se de mínimas informações adjacentes, visando seu objetivo primeiro de fornecer bases para introdução para a maior profundidade ao tema quando isto se fizer necessário.

1. Educação: aspectos da abordagem

Atualmente, como já afirmado, concebe-se três tipos de educação: educação formal, informal e não-formal.

De uma maneira geral, pode-se basear a distinção entre as três a partir dos seguintes aspectos: Quem assume o papel de educador; Qual é o local em que se desenvolve a educação; Como se desenvolve a educação; Com qual finalidade se educa (incluindo, portanto, o que se espera de resultados) e, por fim, Quais são as características essenciais de cada tipo.

Tendo em vista a diversidade de pontos a serem analisados, considera-se ser mais adequado, no caso deste material, apresentar esclarecimentos acerca de cada uma das educações separadamente.

1.1. Educação formal

Como já apresentado anteriormente, no que se refere ao local em que se desenvolve, a educação formal ocorre no espaço da escola que, nas palavras de Gohn (2006, p. 29) “[...] são instituições regulamentadas por lei, certificadoras, organizadas segundo diretrizes nacionais”.

Sobre a finalidade de tal educação aponta-se que:

Na educação formal, entre outros objetivos destacam-se os relativos ao ensino e aprendizagem de conteúdos historicamente sistematizados, normatizados por leis, dentre os quais destacam-se o de formar o indivíduo como um cidadão ativo, desenvolver habilidades e competências várias, desenvolver a criatividade, percepção, motricidade etc (GOHN, 2006, p. 29).

Mas nem sempre a educação formal é compreendida desta maneira. Nas recentes discussões acerca da educação de modo mais amplo é mais comum a frequência de propostas dos outros tipos, em especial da não-formal. E, assim, em diversos textos identifica-se o tipo formal em situações de crítica como baseado em um “[...] modelo **dominante** orientado na perspectiva de que se deve mirar na sincronia entre faixa etária/desenvolvimento cognitivo e disposição hierárquica de conteúdos – com seus equivalentes procedimentos avaliatórios [...]” (CITELLI, 2004, p. 85).

Gohn (2006, p. 30), por exemplo, afirma que o tipo formal “[...] requer tempo, local específico, pessoal especializado, organização de vários tipos (inclusive a curricular), sistematização seqüencial das atividades, disciplinamento, regulamentos e leis, órgãos superiores etc. Ela tem caráter metódico e, usualmente, divide-se por

idade/classe de conhecimento”. Desta forma, inevitavelmente, considera-se que no ambiente escolar definam-se regras (no sentido de padrões) comportamentais pré-definidos.

Esta caracterização, porém, dificilmente considera a amplitude do conceito em que se insere, resultando em interpretações diversas (e, por muitas vezes, negativas), mas que não devem ser generalizadas já que, como outros campos, identificam-se diversas vozes. Uma delas, com relação ao assunto aqui tratado, acredita que:

[...] o ensino, antes de ser prescritivo ou baseado no princípio segundo o qual todos têm de saber a mesma coisa ao mesmo tempo, necessita reconhecer o desafio das *estratégias antecipatórias*, aquelas voltadas a produzir dinâmicas inovadoras e capazes de operar com as singularidades e particularidades que marcam a trajetórias dos alunos, pensados, agora, como sujeitos sociais (CITELLI, 2004, p. 85).

Com as colocações acima, porém, não se pretende reforçar a idéia de que a educação formal privilegia apenas o aspecto prescritivo exposto, mas ao contrário, busca-se esclarecer que existe em seu meio a preocupação e reorientação para a antecipação do educando como no argumento demonstrado por Citelli (2004).

Voltando-se para Gohn (2006, p. 30) sobre os resultados buscados no que diz respeito ao tipo formal “[...] espera-se, sobretudo que haja uma aprendizagem efetiva [...] **além** da certificação e titulação que capacitam os indivíduos a seguir para graus mais avançados”.

1.2. Educação informal

Quase que de maneira oposta à educação formal:

A educação informal não é organizada, os conhecimentos não são sistematizados e são repassados a partir das práticas e experiência anteriores, usualmente é o passado orientando o presente. Ela atua no campo das emoções e sentimentos. É um processo permanente e não organizado (GOHN, 2006, p. 30).

As práticas e experiências anteriores mencionadas na citação enfatizada têm relação com o fato de que o tipo informal possui como fim a socialização dos indivíduos, no sentido de desenvolver comportamentos, hábitos, concepções e expressões orientados por crenças e valores dos grupos cujos indivíduos pertencem; sendo a educação informal aquela que as pessoas “[...] aprendem durante seu processo

de socialização – na família, bairro, clube, amigos etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados [...]” (GOHN, 2006, p. 28)

Isto significa, portanto que ela “[...] tem seus espaços educativos demarcados por referências de nacionalidade, localidade, idade, sexo, religião, etnia etc. A casa onde se mora, a rua, o bairro, o condomínio, o clube que se frequenta, a igreja ou o local de culto a que se vincula sua crença religiosa, o local onde se nasceu, etc.” (GOHN, 2006, p. 29), tendo como *agentes educadores* a família (especialmente os pais), amigos, vizinhos e colegas de escola, dentre outros.

Por fim, no que diz respeito aos resultados, neste tipo, como assinalado por Gohn (2006, p. 30) “[...] eles simplesmente acontecem a partir do desenvolvimento do senso comum nos indivíduos, senso este que orienta suas formas de pensar e agir espontaneamente”.

1.3. Educação não-formal

A última autora citada (2006, p. 28) identifica a educação não-formal como a aprendizagem referente ao “mundo da vida”, por meio de “[...] processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas”.

Sendo ainda mais específica, pois considerando o espaço em que se dá tal educação, Gohn (2006) esclarece que:

Na educação não-formal, os espaços educativos localizam-se em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, fora das escolas, em locais informais, locais onde há processos interativos intencionais (a questão da intencionalidade é um elemento importante de diferenciação) (GOHN, 2006, p. 29).

Neste sentido, reafirma-se a relação entre educação e comunicação, principalmente com relação às mídias eletrônicas (comunicação somada às questões tecnológicas):

A educação não-formal designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista da compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc (GOHN, 2006, p. 28).

Assim, este tipo em especial emerge fortemente relacionado à sociedade porque está presente nos movimentos que surgem em seus tecidos¹.

A característica de atividade multilateral também é evidenciada, em especial quando se trata da questão sobre *quem* assume o papel de educador, já que na educação não-formal “[...] o grande educador é o ‘outro’, aquele com quem interagimos ou nos integramos” (GOHN, 2006, p. 29).

É por isso que no caso do tipo não-formal o processo de educação:

[...] ocorre em ambientes e situações interativos construídos coletivamente, segundo as diretrizes de dados grupos, usualmente a participação dos indivíduos é optativa, mas ela também poderá ocorrer por forças de certas circunstâncias da vivência histórica de cada um. Há na educação não-formal uma intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes (GOHN, 2006, p. 29).

No que se refere à caracterização direta da educação não-formal, esclarece-se que:

A educação não-formal tem outros atributos: ela não é, organizada por séries/idade/conteúdos; atua sobre aspectos subjetivos do grupo; trabalha e forma a cultura política de um grupo. Desenvolve laços de pertencimento. Ajuda na construção da identidade coletiva do grupo (este é um dos grandes destaques da educação não-formal na atualidade); ela pode colaborar para o desenvolvimento da auto-estima e do *empowerment* do grupo, criando o que alguns analistas denominam, o capital social de um grupo. Fundamenta-se no critério da solidariedade e identificação de interesses comuns e é parte do processo de construção da cidadania coletiva e pública do grupo (GOHN, 2006, p. 30).

É preciso, porém, para finalizar, reforçar que o termo educação tem um sentido mais amplo que vai além da educação formal, bem como ultrapassa a noção dos tipos não-formal e informal. Isto significa que os três tipos formam, em realidade, um conjunto que é necessário à sociedade e, sendo assim, devem mutuamente manter o ideal que alguns autores preferem atribuir somente ao tipo não-formal: materializar-se como “A construção de relações sociais baseadas em princípios de igualdade e justiça social [...]”, tendo como meta a preparação de indivíduos na posição de cidadãos e, portanto, educando-os para “a civilidade, em oposição à barbárie, ao egoísmo, individualismo etc..” (GOHN, 2006, p. 30).

¹ Os esclarecimentos acerca de movimentos sociais são parte do material que se refere às questões do meio ambiente, pois se percebe os dois assuntos (Educação/Sociedade – especialmente não-formal; Meio Ambiente/Sociedade) como expostos nesta disciplina, correlatos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CITELLI, Adilson. **Comunicação e educação: a linguagem em movimento**. 3. ed. São Paulo: SENAC, 2004.

- GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, 2006, vol. 4, n. 50.